

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS

TRABALHO DOMÉSTICO: COM A VASSOURA NA MÃO PARA O MUNDO ACADÊMICO

MIRIAN FERNANDES DA SILVA DE OLIVEIRA

ALFENAS/MG

2026

MIRIAN FERNANDES DA SILVA DE OLIVEIRA

TRABALHO DOMÉSTICO: COM A VASSOURA NA MÃO PARA O MUNDO ACADÊMICO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como
parte dos requisitos para obtenção do título de
Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade
Federal de Alfenas.

Orientador(a): Ma. Alina Pacheco Govêa

ALFENAS/MG

2026

Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal de Alfenas
Biblioteca Central

Oliveira, Mirian Fernandes da Silva.

Trabalho doméstico : Com a vassoura na mão para o mundo acadêmico /
Mirian Fernandes da Silva Oliveira. - Alfenas, MG, 2026.
42 f. : il. -

Orientador(a): Alina Pacheco Govêa.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais) -
Universidade Federal de Alfenas, Alfenas, MG, 2026.
Bibliografia.

1. Trabalho doméstico. 2. Divisão sexual do trabalho. 3. Gênero, classe,
raça. 4. Reprodução social. I. Govêa, Alina Pacheco, orient. II. Título.

MIRIAN FERNANDES DA SILVA DE OLIVEIRA

TRABALHO DOMÉSTICO: COM A VASSOURA NA MÃO PARA O MUNDO ACADÊMICO

Presidente da banca examinadora abaixo assinada a aprovação do Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como parte dos requisitos para obtenção do título de Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Alfenas.

Aprovada em: 09 de Março de 2026

Prof. Ma. Alina Pacheco Govêa
Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL)



Documento assinado digitalmente
ALINA PACHECO GOVEA
Data: 25/04/2026 21:30:00-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Prof.^a Dr.^a Célia da Graça Arribas
Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

Assinatura:

Prof. Dr.^a Élen Christine Scheider
Universidade Federal da Integração Latina americana (UNILA)

Assinatura:

Dedico este trabalho às domésticas que no silêncio da cozinha, o grito da injustiça mora, enquanto o patrão descansa, ela não vê a hora. É a dupla jornada, a tripla, sem descanso, sem lei, o corpo reclama a dor que ninguém percebe. Quando o cansaço é crime e o repouso é negado, o trabalho doméstico vira um campo minado. A sociedade finge que não tem responsabilidade, pela dívida social de tanta crueldade...

AGRADECIMENTOS

Entre o individual e o estrutural, encontrei meu lugar no intervalo das perguntas. Um intervalo muitas vezes habitado pela aflição, aquela que aperta o peito, que acompanha o cansaço do fim do dia e que surge quando a dúvida sobre continuar insiste em aparecer. Ainda assim, a dúvida nunca me paralisou; ela me moveu. Pensar, nesses momentos, foi também um modo de agir, de não desistir, de transformar o incômodo em permanência. Foi nesse espaço, próprio das Ciências Sociais, que me formei, aprendendo que questionar é, antes de tudo, uma forma de resistência.

Foram quatro anos intensos, vividos em jornada dupla entre trabalho e faculdade, em dias longos, atravessados pelo corpo cansado, pela mente inquieta e pela constante sensação de estar sempre devendo tempo a alguém ou a alguma coisa. A aflição esteve presente nos deslocamentos, nas noites curtas, no medo silencioso de não dar conta, mas também na insistência cotidiana em permanecer, mesmo quando tudo parecia exigir recuo. Permanecer, nesses contextos, foi um gesto político e pessoal.

Em uma família onde o ensino superior não foi uma possibilidade para as gerações anteriores, este diploma é mais do que uma conquista individual: é continuidade. Ele carrega mais do que uma titulação; carrega renúncias, afetos, cansaços e dúvidas que fizeram parte do caminho. Carrega também o peso e o orgulho de ser a primeira a chegar, sabendo que esse chegar nunca foi simples nem solitário, mas construído coletivamente, passo a passo.

Agradeço aos meus pais, Seila e Paulo, por terem sido meu alicerce desde o início, ensinando-me, com a vida, o valor da persistência, do trabalho e da dignidade. Tudo o que sou carrega a marca do que aprendi com vocês. Ao meu marido, Marcelo, pelo companheirismo, pela paciência e por caminhar ao meu lado mesmo nos momentos mais difíceis dessa trajetória, oferecendo apoio quando o cansaço e as dúvidas insistiam em ficar.

Aos meus filhos, Matheus e Mathias, a razão maior de tudo. Matheus, por ter me incentivado a retornar aos estudos e acreditar em mim quando eu mesma hesitava. A Mathias, que por inúmeras vezes me ofereceu seu ombro, seu carinho e sua escuta, tornando o caminho mais leve nos dias mais duros. Aos meus irmãos, por nunca me deixarem esquecer de onde vim, por me lembrarem constantemente das minhas raízes e da força que carrego delas.

Este percurso não foi simples. Conciliar a condição de estudante e trabalhadora tornou os dias sempre desafiadores, exigindo esforço, renúncias e resistência cotidiana. Ainda assim, foi possível seguir adiante graças à rede de apoio que me sustentou em cada etapa, reafirmando

que nenhuma conquista é verdadeiramente individual. Por fim, meu agradecimento mais especial à minha orientadora Alina, que soube me enxergar para além das dificuldades, acreditou no meu potencial, ofereceu direção, acolhimento e confiança, sendo fundamental para que este trabalho se tornasse possível.

RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso analisa o trabalho doméstico remunerado no Brasil a partir de uma perspectiva sociológica crítica, articulando teoria social e análise de dados empíricos secundários. O estudo parte do entendimento de que o trabalho doméstico constitui uma ocupação historicamente estruturada por desigualdades de gênero, classe e raça, marcada pela informalidade, pela desproteção social e pela desvalorização simbólica. A pesquisa dialoga com referenciais teóricos sobre o trabalho doméstico, mobilizando contribuições das correntes da divisão sexual do trabalho, da herança colonial e das relações de afeto, bem como dados secundários e estatísticos do DIEESE, da PNAD e do IBGE, a fim de analisar as relações de proximidade, confiança e controle que estruturam o cotidiano dessa atividade. Argumenta-se que o discurso do afeto e do “quase da família” opera como um dispositivo simbólico que encobre relações profundamente desiguais, sendo tensionado e desestabilizado no contexto pandêmico. Este trabalho também discute os efeitos do serviço doméstico sobre as trajetórias sociais e os corpos das trabalhadoras, analisando os limites da mobilidade social mesmo diante da escolarização e do acesso ao ensino superior. Argumenta-se que o trabalho doméstico remunerado permanece fundamental para a reprodução da vida social, ao mesmo tempo em que segue sendo socialmente marginalizado.

Palavras-chave: trabalho doméstico; divisão sexual do trabalho; gênero, classe, raça; reprodução social.

ABSTRACT

This undergraduate thesis analyzes paid domestic work in Brazil from a critical sociological perspective, articulating social theory with the analysis of secondary empirical data. The study is grounded in the understanding that domestic work constitutes an occupation historically structured by inequalities of gender, class, and race, marked by informality, social vulnerability, and symbolic devaluation. The research engages with theoretical frameworks on domestic labor, mobilizing contributions from approaches to the sexual division of labor, colonial legacies, and affective relations, as well as secondary statistical data from DIEESE, PNAD, and IBGE, in order to examine the relations of proximity, trust, and control that structure the everyday dynamics of this activity. It is argued that the discourse of affection and of being “almost part of the family” operates as a symbolic device that conceals profoundly unequal relations, a dynamic that became strained and destabilized in the pandemic context. This work also discusses the effects of domestic service on the social trajectories and bodies of workers, analyzing the limits of social mobility even in the face of schooling and access to higher education. The thesis argues that paid domestic work remains fundamental to the reproduction of social life, while continuing to be socially marginalized.

Keywords: domestic work; sexual division of labor; gender, class, race; social reproduction.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
1.1	TRAJETÓRIA, EXPERIÊNCIA E CONSTRUÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA.....	12
2	TRABALHO DOMÉSTICO E REPRODUÇÃO SOCIAL	13
2.1	A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO: BASES TEÓRICAS E HISTÓRICAS	13
2.2	A REPRODUÇÃO SOCIAL E O CAPITALISMO	15
2.3	INVISIBILIZAÇÃO HISTÓRICA DO TRABALHO DOMÉSTICO	15
2.4	O TRABALHO DOMÉSTICO NO BRASIL E SUA HERANÇA ESCRAVOCRATA.....	17
3	A PANDEMIA DE COVID-19 E O COLAPSO DA RETÓRICA DA PROXIMIDADE NO TRABALHO DOMÉSTICO	19
4	PERFIL DO TRABALHO DOMÉSTICO REMUNERADO NO BRASIL: UMA LEITURA DOS DADOS DA PNAD CONTÍNUA	21
5	O RELATO DE UMA EMPREGADA UNIVERSITÁRIA: TENSÕES ENTRE O TRABALHO E O ESTUDO.....	25
5.1.	DISCIPLINANDO O CORPO, ARRUMANDO A CASA: TERRITORIALIDADE E TRABALHO DOMÉSTICO	30
5.2.	O CONDOMÍNIO ACADÊMICO: A TRAJETÓRIA DE UMA DIARISTA NO CAMPUS UNIVERSITÁRIO.....	35
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	38
	REFERÊNCIAS	41

1 INTRODUÇÃO

O trabalho doméstico não se apresenta como um elemento estranho ou contingente em minha trajetória de vida. Desde a infância, estive inserida em uma rotina marcada por tarefas intensas de trabalho, realizadas tanto no espaço doméstico quanto em atividades vinculadas ao meio rural. Filha de pescadores, cresci em um contexto atravessado por formas rígidas de socialização de gênero, nas quais a divisão sexual do trabalho era introduzida de maneira precoce e naturalizada como destino. Essa aprendizagem era reiterada cotidianamente por enunciados normativos, como a frase frequentemente proferida por minha mãe, “filhas minhas lavam, passam e cozinham”, que operava como uma verdadeira pedagogia doméstica, delimitando desde a infância os contornos do que se esperava de uma menina.

Não se tratava de uma escolha ou de um aprendizado gradual, mas de uma imposição que antecedeu a própria adolescência e que se materializou de forma concreta na minha inserção no trabalho doméstico remunerado aos nove anos de idade, quando o cuidado e a limpeza deixaram de ser apenas tarefas familiares e passaram a assumir a forma de trabalho. Tornar-me empregada doméstica não foi resultado de uma escolha individual livre, mas a expressão de um conjunto restrito de alternativas socialmente disponíveis para mim na época, moldadas por desigualdades estruturais de gênero, classe e território.

Embora a vida na zona rural sempre tenha sido marcada por dificuldades materiais, meus pais empenharam-se para garantir que os filhos estudassem, ainda que em condições extremamente adversas. O acesso à escola exigia um esforço cotidiano significativo: atravessamos um rio de canoa e caminhávamos mais de quarenta minutos por uma estrada cercada por canaviais.

Nesse percurso, é fundamental reconhecer que o fato de eu ser uma mulher branca operou como um marcador diferencial que produziu determinados privilégios relativos, mesmo em um contexto de pobreza e precariedade. Esses privilégios não eliminaram as restrições impostas pela condição de classe, pela ruralidade e pela normatividade de gênero, mas incidiram sobre a forma como minha trajetória foi socialmente percebida e sobre as possibilidades de inserção no trabalho doméstico remunerado.

A branquitude, nesse sentido, funcionou como um elemento que, em determinados contextos, ampliou a aceitabilidade social da minha presença em alguns espaços de trabalho e reduziu o grau de vigilância e suspeição a que trabalhadoras domésticas negras frequentemente são submetidas, questão que só veio a ser aparente por mim após minha inserção na faculdade.

Reconhecer esse lugar não significa negar a experiência de exploração ou de subordinação, mas situá-la de maneira relacional. Ainda na infância, a escola representava, para mim, um espaço de proteção simbólica e afetiva, associado ao sonho de me tornar professora. As condições objetivas, contudo, logo se impuseram como limites concretos a esse projeto. Aos treze anos, passei a cumprir uma jornada intensa de trabalho em um hotel-fazenda, sem registro formal. Foi nesse contexto que conheci aquele que viria a ser meu marido. Casei-me aos dezesseis anos, ainda menina, quando muitas escolhas sequer tinham sido feitas e outras já começavam a me ser retiradas. A resistência dele à minha vontade de voltar a estudar não vinha em forma de proibição explícita, mas de negação constante, de desestímulo, de silêncios e pequenas interdições que, pouco a pouco, foram me afastando da escola. Eu sentia que algo em mim precisava ser contido.

Aos dezenove anos, tornei-me mãe. A maternidade chegou como um acontecimento avassalador, que reorganizou minha vida inteira e me fixou quase exclusivamente no espaço do trabalho doméstico e dos cuidados. Meu tempo deixou de ser meu, meu corpo passou a responder a outras demandas, e minhas possibilidades de escolha foram se estreitando sem que isso fosse dito em voz alta. O trabalho dentro de casa se acumulava, invisível e incessante, misturado ao afeto, à culpa e à obrigação. Hoje, ao revisitar esse período, reconheço ali uma ruptura profunda na minha trajetória, um momento em que minha autonomia foi sendo lentamente corroída, enquanto tudo ao redor parecia chamar isso de destino. O retorno à escolarização, em 2019, por meio da Educação de Jovens e Adultos (EJA), marcou um ponto de inflexão nessa trajetória. A entrada posterior na universidade possibilitou uma ruptura na forma de perceber o cotidiano do trabalho doméstico, deslocando-o do plano do esforço individual para o campo das determinações sociais e históricas.

Essa trajetória individual se insere em um contexto social específico. Resido em Alfenas, no interior de Minas Gerais, município que integra a mesorregião do Sul/Sudoeste Mineiro e apresenta uma população estimada em cerca de 82 303 habitantes em 2025, conforme estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ao passo que o Censo Demográfico de 2022 registrou 78.970 habitantes no município. Esses dados demográficos situam a análise no contexto de uma cidade de porte pequeno, apesar de sua expansão demográfica nos últimos anos, no interior brasileiro e fornecem um referencial para compreender as dinâmicas sociais e econômicas que atravessam o cotidiano local.

No que se refere à dinâmica econômica local, Alfenas apresenta uma economia fortemente marcada pela agropecuária (especialmente a cafeicultura), o comércio e o setor de

serviços, impulsionadas por um importante polo universitário¹. O setor de serviços desempenham um papel central na organização da vida urbana. Esse setor, conforme a classificação adotada pelo IBGE, abrange atividades diversas, como serviços de saúde, cuidados pessoais e estéticos (manicure, pedicure, cabeleireiras), farmácias, clínicas, mercados, alimentação fora do domicílio, além de serviços prestados às famílias. Trata-se, portanto, de um conjunto de atividades diretamente relacionadas ao cuidado cotidiano de pessoas, corpos, lares e rotinas.

Nesse mesmo campo insere-se o trabalho doméstico e de limpeza, ainda que frequentemente invisibilizado ou absorvido pela informalidade, compondo a base material que sustenta a reprodução da vida urbana no município. Paralelamente, destaca-se a cafeicultura como principal atividade produtiva da região, com impactos diretos sobre a economia local, as exportações e a consolidação de negócios agrícolas e comerciais associados ao setor.

1.1 TRAJETÓRIA, EXPERIÊNCIA E CONSTRUÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA

A partir dessa trajetória, este trabalho justifica-se pela necessidade de compreender o trabalho doméstico como uma atividade central para a organização da vida social local, ainda que historicamente marcada pela desvalorização, informalidade e invisibilidade. Trata-se de um trabalho fundamental para a reprodução cotidiana da sociedade, responsável pela manutenção dos lares, pelo cuidado com os corpos e pela sustentação da força de trabalho, mas que permanece moralizado como obrigação feminina e relegado ao espaço privado.

Dialogando com as contribuições da Teoria da Reprodução Social, especialmente com Tithi Bhattacharya (2017), ao evidenciar que o capitalismo depende estruturalmente de trabalhos invisibilizados como limpar, cozinhar e cuidar para garantir sua própria reprodução. No contexto brasileiro, essa desvalorização articula-se ainda à herança colonial e escravocrata, fazendo do trabalho doméstico um campo profundamente racializado, como demonstra Jurema Brites (2013), Lélia González (1984), Joaze Bernardino-Costa (2015), entre outros autores.

Metodologicamente, o trabalho adota uma abordagem sociológica reflexiva de base experiencial, fundamentada na noção de conhecimento situado como apresenta Patricia Hill Collins (2013), compreendendo a experiência vivida não como relato individual isolado, mas como expressão de uma posição social específica. Em diálogo com Grada Kilomba (2019), a

¹ A cidade de Alfenas é sede de duas universidades importantes para a região. Uma particular, Universidade José do Rosário Vellano (UNIFENAS), MG; e a outra, pública, Universidade Federal de Alfenas, MG. Ambas corroboram para o grande fluxo anual de população flutuante da cidade.

experiência é tomada como ponto de partida para a análise crítica de processos sociais mais amplos. Nesse sentido, quando são mobilizados relatos, cenas e falas oriundos de minha própria experiência empírica e do contato com outras trabalhadoras e contratantes, se fundamenta que minha trajetória de vida carrega em si um ponto de verificação científica.

É importante salientar que os nomes utilizados ao longo do texto são fictícios, ainda que as situações descritas correspondam a experiências reais, como forma de resguardar a identidade das pessoas envolvidas e atender aos princípios éticos da pesquisa social.

Diante disso, este trabalho orienta-se pela seguinte pergunta-problema: De que maneira o trabalho remunerado opera como um dispositivo de reprodução social, revelando e atualizando estruturais de desigualdades de gênero, raça, classe e território? Busca-se compreender quais categorias teóricas são mobilizadas para interpretar essa ocupação e de que maneira as dimensões de gênero, classe e raça são incorporadas nessas análises, tendo a interseccionalidade, conforme Akotirene (2019), como ferramenta analítica central.

Para responder a essa questão, optou-se pela realização de um levantamento bibliográfico, considerando as condições materiais e o tempo de realização da pesquisa, uma vez que a conciliação entre trabalho doméstico e estudos, inviabilizaram, neste momento, a realização de pesquisa de campo empírica, com entrevistas e/ou uma etnografia mais metodológica do ponto de vista da antropologia como produção científica.

2 TRABALHO DOMÉSTICO E REPRODUÇÃO SOCIAL

2.1 A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO: BASES TEÓRICAS E HISTÓRICAS

Um dos marcos fundacionais para a compreensão da divisão sexual do trabalho encontra-se em Friedrich Engels, especialmente em *A origem da família, da propriedade privada e do Estado* (1884). Ao analisar a consolidação histórica da família monogâmica, Engels demonstra que a subordinação das mulheres está diretamente associada à separação entre a esfera produtiva, socialmente reconhecida e vinculada à geração de valor, e a esfera doméstica, relegada ao espaço privado e responsável pela reprodução da família do trabalhador. Nesse processo, as atividades realizadas no interior da família perderam seu caráter social e coletivo, passando a ser interpretadas como obrigações naturais femininas. A divisão sexual do trabalho, portanto, não emerge como resultado de diferenças biológicas, mas como uma construção social historicamente vinculada à formação da propriedade privada e à organização

patriarcal da família. A contribuição de Engels permanece central ao evidenciar que a desigualdade entre homens e mulheres possui raízes históricas e estruturais, e não naturais.

No entanto, autoras feministas materialistas francesas apontam limites importantes nessa formulação. Ao tratar o trabalho reprodutivo sobretudo como um efeito da organização capitalista e familiar, Engels(1884), tende a secundarizar seu papel na dinâmica da acumulação, interpretando-o mais como consequência do sistema do que como um de seus pilares estruturantes. Essa leitura abre espaço para deslocamentos teóricos posteriores que buscam recolocar o trabalho doméstico e reprodutivo no centro da análise das relações sociais. É nesse sentido que as contribuições de Danièle Kergoat (2000) e Helena Hirata (2002) tornam-se fundamentais. Ao criticarem a tradição da sociologia do trabalho, especialmente a francesa, as autoras demonstram como o operário masculino da grande indústria foi historicamente tomado como figura universal do trabalho assalariado, invisibilizando o caráter sexuado das relações de trabalho e naturalizando a experiência masculina como parâmetro explicativo geral.

Kergoat (2000), propõe o conceito de relações sociais de sexo para compreender as relações entre homens e mulheres como relações estruturais, antagônicas e hierarquizadas que atravessam todo o campo social. A divisão sexual do trabalho, nessa perspectiva, organiza-se de modo sistemático a partir da separação entre trabalho produtivo e trabalho reprodutivo e da hierarquização entre essas atividades, atribuindo maior valor social, simbólico e econômico àquelas associadas à produção. Trata-se, portanto, de um princípio organizador das desigualdades, que não apenas distribui tarefas, mas produz e legitima relações de dominação.

Mesmo diante das transformações recentes no mercado de trabalho, como o aumento da participação feminina e a expansão do setor de serviços, Kergoat e Hirata (2007), demonstram que a divisão sexual do trabalho não foi superada, mas reconfigurada. A inserção das mulheres no trabalho assalariado ocorreu majoritariamente em ocupações marcadas pela precarização, pela informalidade e pela baixa valorização social, frequentemente articuladas a competências historicamente construídas como femininas, como o cuidado, a limpeza e a atenção ao outro. Essas atividades, ainda que essenciais para a reprodução da vida social e para o funcionamento do próprio mercado de trabalho, continuam sendo percebidas como extensões das responsabilidades domésticas tradicionalmente atribuídas às mulheres, o que contribui para sua desqualificação simbólica e econômica. Desse modo, mesmo quando incorporadas à esfera do trabalho remunerado, tais funções não rompem com a lógica que associa o feminino ao serviço, à disponibilidade e à abnegação.

Ainda que as fronteiras entre trabalho produtivo e reprodutivo tenham se tornado mais difusas nas últimas décadas, essa porosidade não se traduziu em uma redistribuição efetiva das

responsabilidades entre homens e mulheres, tampouco em um reconhecimento equivalente do valor dessas atividades. Ao contrário, a imbricação entre essas esferas tende a reforçar a sobrecarga feminina, uma vez que o ingresso no trabalho assalariado ocorre sem a correspondente redução do trabalho doméstico e de cuidado. As hierarquias de gênero, portanto, permanecem operantes ao reorganizar, e não eliminar, a divisão sexual do trabalho, mantendo o trabalho realizado pelas mulheres estruturalmente desvalorizado e subordinado às exigências da reprodução social e da acumulação capitalista.

2.2 A REPRODUÇÃO SOCIAL E O CAPITALISMO

A Teoria da Reprodução Social oferece um instrumental analítico fundamental para compreender a posição estrutural do trabalho doméstico no capitalismo. Conforme argumenta Tithi Bhattacharya (2017), a reprodução social diz respeito ao conjunto de processos e práticas responsáveis por produzir e manter a vida humana cotidiana e geracionalmente, incluindo o cuidado, a alimentação, a socialização, a educação e a manutenção física e emocional dos indivíduos.

Segundo essa perspectiva, o capitalismo não se sustenta apenas por meio da produção de mercadorias no espaço fabril ou formal, mas depende estruturalmente de um vasto conjunto de trabalhos invisibilizados que garantem a existência cotidiana da força de trabalho. O trabalho doméstico, nesse sentido, não ocupa uma posição periférica, mas central na dinâmica do sistema capitalista, ainda que seja sistematicamente desvalorizado e excluído das formas hegemônicas de reconhecimento.

A separação entre produção e reprodução constitui um dos pilares da organização capitalista. Ao deslocar o trabalho doméstico para a esfera do privado e atribuí-lo às mulheres, o capitalismo reduz seus custos de reprodução da força de trabalho, ao mesmo tempo em que naturaliza desigualdades de gênero. A responsabilização das mulheres pelo cuidado e pela manutenção da vida não é, portanto, resultado de escolhas individuais, mas de uma organização social que transforma o trabalho socialmente necessário em obrigação moral feminina.

2.3 INVISIBILIZAÇÃO HISTÓRICA DO TRABALHO DOMÉSTICO

A invisibilização do trabalho doméstico constitui um processo histórico e estrutural. Como apresentado anteriormente ao desenvolvimento das sociedades capitalistas, apenas determinadas formas de trabalho aquelas associadas à produção mercantil, ao salário e ao

espaço público foram reconhecidas como trabalho legítimo. trabalho doméstico, por sua vez, foi historicamente desqualificado por estar associado ao feminino, ao espaço privado e às atividades de cuidado, sendo frequentemente tratado como “ajuda”, “vocação” ou “amor”, e não como trabalho produtivo.

Como analisa Silvia Federici (2017), essa desqualifica  o não opera de maneira neutra, mas insere-se em uma matriz de dominação que articula gênero, classe e raça, produzindo hierarquias específicas de valor entre diferentes tipos de trabalho e entre os corpos que os realizam. Essa invisibiliza  o atua simultaneamente nos planos material e simbólico. No plano material, manifesta-se por meio da informalidade, da baixa remuneração, da ausência de direitos trabalhistas efetivos e da precarização das condições de trabalho, elementos que historicamente caracterizam o trabalho doméstico.

Além disso, a invisibilização do trabalho doméstico pode ser compreendida também no plano epistemológico, isto é, na forma como determinadas experiências e posições sociais são historicamente deslegitimadas como produtoras de conhecimento. Nesse sentido, Patrícia Hill Collins (2017) chama atenção para a importância de nomear e reconhecer os saberes produzidos a partir das experiências das mulheres negras, frequentemente silenciadas ou subsumidas por categorias universitárias no interior do feminismo e das ciências sociais.

Ao discutir os limites das classificações abstratas e a centralidade dos pontos de vista situados, a autora contribui para compreender por que o trabalho doméstico realizado majoritariamente por mulheres negras e pobres permanece socialmente invisível, mesmo quando formalmente reconhecido. Trata-se não apenas de uma desvalorização econômica, mas de um apagamento das experiências, dos saberes e das formas de agência construídas no interior desse trabalho, que seguem marginalizadas nos regimes dominantes de produção de conhecimento.

No plano simbólico, expressa-se por meio de mecanismos que naturalizam essas desigualdades, como as imagens de controle analisadas por Hill Collins (2007), que associam as mulheres especialmente as mulheres negras e pobres a uma suposta disposição inata para o cuidado, a servidão e a disponibilidade. Essas representações não apenas legitimam a exploração, como também produzem a despersonalização das trabalhadoras, que passam a ser percebidas como extens    es das tarefas que realizam, e não como sujeitos portadores de direitos, saberes e trajetórias próprias.

Mesmo quando regulamentado juridicamente, o trabalho doméstico permanece atravessado por esses mecanismos estruturais de desvalorização, o que limita o alcance efetivo da legislação (FRAGA, 2010). A distância entre reconhecimento formal e reconhecimento

social revela que a precariedade do trabalho doméstico não decorre apenas de lacunas normativas, mas da persistência de relações sociais que o posicionam como um trabalho menor, subordinado e moralmente naturalizado. Nesse sentido, como sugere Hill Collins (2007), a superação dessa invisibilização exige mais do que reformas legais: demanda a desestabilização das hierarquias simbólicas e materiais que sustentam a divisão sexual e racial do trabalho e que continuam a organizar a reprodução social nas sociedades capitalistas contemporâneas.

No contexto brasileiro, essa matriz de dominação assume contornos específicos, como aponta Lélia Gonzalez (1984), ao demonstrar que a divisão sexual do trabalho é indissociável da divisão racial herdada do período escravocrata. A associação histórica das mulheres negras ao trabalho doméstico e ao cuidado não apenas reproduz hierarquias raciais, como sustenta o mito da democracia racial, ao mascarar relações de exploração sob discursos de intimidade, afeto e “quase pertencimento” aos lares em que trabalham.

2.4 O TRABALHO DOMÉSTICO NO BRASIL E SUA HERANÇA ESCRAVOCRATA

Segundo Joaze Bernardino-Costa (2010), no contexto brasileiro, a desvalorização do trabalho doméstico adquire contornos específicos ao se articular com a herança colonial e escravocrata que estrutura a formação social do país. Historicamente desempenhado por mulheres negras, o trabalho doméstico remunerado estabelece continuidades simbólicas e materiais com o trabalho escravizado, reproduzindo hierarquias raciais e sociais profundamente enraizadas. Essa continuidade não se expressa apenas nas formas de contratação e nas condições precárias de trabalho, mas também na maneira como o valor desse trabalho é socialmente construído e reconhecido.

Como destaca Tithi Bhattacharya (2017), o bem-produzido pelo trabalho doméstico não é consumido em troca de dinheiro; seu valor não reside na capacidade de ser trocado no mercado, mas no seu valor de uso, uma vez que seus produtos destinam-se a atender necessidades básicas e imediatas, garantindo a reprodução da força de trabalho. Atividades como varrer, cozinhar, limpar o banheiro ou cuidar de crianças são, assim, socialmente percebidas como não produtoras de bens, justamente por não gerarem mercadorias circuláveis. Desse modo, mesmo quando o trabalho doméstico é inserido no mercado de trabalho, ele permanece classificado como um trabalho simples e reprodutivo, não sendo reconhecido como parte integrante da cadeia produtiva capitalista.

Essa concepção é reforçada pelo fato de o trabalho doméstico ser historicamente naturalizado como uma extensão do organismo feminino, o que contribui para sua

desqualificação econômica e simbólica. Ao ser concebida simultaneamente como trabalho simples por ser considerada “natural” às mulheres e como trabalho reprodutivo por não colocar produtos no mercado, a força de trabalho da dona de casa e da trabalhadora doméstica é absorvida pelo capital sem receber a devida recompensa monetária e o reconhecimento social correspondente.

Como aponta Bernardino-Costa (2015), na reconstrução da equação da constituição do valor, o trabalho doméstico constitui-se como um dos pilares da produção capitalista, ainda que seja sistematicamente omitido das narrativas clássicas sobre a acumulação primitiva de capital, permanecendo silencioso inclusive na tradição marxista. É nesse contexto que Jurema Brites (2013) demonstra como as relações entre empregadoras e trabalhadoras domésticas no Brasil são marcadas por uma ambiguidade constitutiva, na qual proximidade afetiva e desigualdade estrutural coexistem. A retórica do “é quase da família”, da confiança e da intimidade cotidiana opera como um dispositivo moral que, ao mesmo tempo em que produz vínculos simbólicos, contribui para a naturalização da informalidade, da ausência de direitos e da subordinação no interior dessas relações de trabalho.

Lélia Gonzalez (1984; 1988) aprofunda essa análise ao evidenciar que tais dinâmicas não podem ser compreendidas fora da lógica do racismo cultural que organiza a sociedade brasileira desde o período colonial. Para a autora, o lugar historicamente atribuído às mulheres negras na divisão social do trabalho resulta de um processo contínuo de racialização do serviço, no qual o cuidado, a limpeza e a disponibilidade corporal são construídas como atributos “naturais” desses corpos. O trabalho doméstico, nesse sentido, constitui-se como um espaço privilegiado de atualização da herança escravocrata, no qual se articulam práticas contemporâneas de exploração a formas simbólicas de subalternização racial e de gênero.

Ao invés de representar um resíduo do passado, essa associação entre mulheres negras e o trabalho doméstico configura um mecanismo ativo de reprodução das hierarquias sociais, sustentado por discursos que combinam afeto, confiança e servidão. A naturalização dessas tarefas como expressão de uma suposta vocação feminina e racializada contribui para obscurecer as relações de poder que estruturam o trabalho doméstico, reforçando sua desvalorização econômica e seu baixo reconhecimento social.

Essa leitura pode ser aprofundada a partir da noção de interseccionalidade, conforme sistematizada por Carla Akotirene (2018), que compreende gênero, raça e classe como eixos indissociáveis de produção das desigualdades. A partir dessa perspectiva, o trabalho doméstico não pode ser analisado isoladamente como uma ocupação feminina ou precarizada, mas como uma posição social construída na intersecção dessas múltiplas opressões. A informalidade, a

baixa remuneração e a desvalorização simbólica que caracterizam esse trabalho são, assim, efeitos de uma estrutura social que distribui de forma desigual o acesso a direitos, reconhecimento e proteção, a partir da racialização e da feminização de determinados corpos.

Desse modo, a precarização do trabalho doméstico remunerado no Brasil não representa um desvio, atraso ou falha no processo de modernização, mas constitui um elemento central de um modelo social que organiza a reprodução da vida a partir da subordinação racializada e generificada do trabalho. A articulação entre as contribuições de Lélia Gonzalez(1984), e Carla Akotirene (2019), permite compreender que a persistência dessas desigualdades não decorre apenas da ausência ou fragilidade de políticas públicas, mas da permanência de hierarquias simbólicas e materiais que sustentam a divisão sexual e racial do trabalho no interior da sociedade brasileira. Desse modo, o trabalho doméstico remunerado no Brasil revela-se não como um resíduo arcaico da formação social, mas como um elemento estrutural da organização capitalista racializada, cuja persistência depende da articulação histórica entre gênero, raça e classe.

3 A PANDEMIA DE COVID-19 E O COLAPSO DA RETÓRICA DA PROXIMIDADE NO TRABALHO DOMÉSTICO

O período pandêmico evidenciou, de forma contundente, os limites do reconhecimento jurídico conquistado pelas trabalhadoras domésticas no Brasil. Embora avanços normativos tenham sido formalizados nas últimas décadas, a crise sanitária revelou que tais dispositivos foram insuficientes para garantir proteção efetiva àquelas que sustentam cotidianamente a reprodução da vida social. Em um contexto de emergência global, o trabalho doméstico permaneceu exposto à informalidade, à desproteção social e à desvalorização, explicitando a fragilidade da legislação quando dissociada de transformações estruturais nas relações sociais de trabalho.

Como assinala Jurema Brites (2007), as relações de trabalho doméstico são atravessadas por uma ambiguidade constitutiva, na qual proximidade afetiva, confiança e intimidade coexistem com desigualdades estruturais profundas. Essa ambiguidade opera historicamente como um mecanismo de mediação moral que naturaliza a assimetria entre empregadoras e trabalhadoras, frequentemente expressa no discurso do “quase da família”, o qual tende a substituir a formalização de direitos por vínculos afetivos personalizados. Tal retórica, longe de representar uma forma de inclusão real, contribui para a manutenção da informalidade e da subordinação no interior dessas relações.

A pandemia de COVID-19 não apenas escancarou a precariedade material do trabalho doméstico, como também tensionou e desestabilizou a retórica da proximidade que historicamente sustentou a legitimidade dessas relações. Se, em contextos de normalidade, o apelo à confiança e à intimidade operava como justificativa para a ausência de garantias formais, durante a crise sanitária essa mediação afetiva mostrou-se frágil e rapidamente suspensa. O risco de contágio não transformou a casa em um espaço de controle; ao contrário, evidenciou que o espaço doméstico sempre foi atravessado por mecanismos de vigilância, separação e delimitação de fronteiras, ainda que recobertos por uma narrativa de acolhimento e familiaridade.

Nesse contexto, o “quase da família” revelou seu caráter profundamente contingente. Conforme demonstrado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos - DIEESE (2020), muitas trabalhadoras domésticas foram afastadas simultaneamente de seus próprios familiares, em razão das medidas de isolamento social, e dos lares onde trabalhavam, frequentemente sem garantias de renda, diálogo ou proteção. O vínculo afetivo, mobilizado em tempos de estabilidade, dissolveu-se diante da ameaça sanitária, evidenciando que a inclusão simbólica jamais implicou pertencimento real ou reciprocidade. O silêncio, a interrupção abrupta do trabalho e a ausência de comunicação passaram a compor a experiência cotidiana de inúmeras trabalhadoras, substituindo relações anteriormente marcadas pela convivência por uma lógica de exclusão e descarte.

As transformações observadas no interior dos domicílios, como a restrição da circulação das trabalhadoras pelos espaços da casa, a separação rigorosa entre cômodos, a utilização seletiva de equipamentos de proteção e a imposição de barreiras físicas, constituem elementos centrais dessa reconfiguração das relações de trabalho, conforme apontado pelo DIEESE (2020). Ainda que o trabalho doméstico tenha sido classificado, em muitos contextos, como essencial para a manutenção da vida cotidiana das famílias empregadoras, permaneceu submetido às mesmas lógicas de precarização, informalidade e desvalorização que historicamente o caracterizam.

É nesse cenário que um dado simbólico e politicamente revelador ganha centralidade: a primeira morte confirmada por COVID-19 no Brasil foi a de Rosana Urbano, trabalhadora doméstica que atuava como diarista e cozinheira na cidade de São Paulo, em março de 2020. Sua morte não pode ser compreendida como um episódio isolado, mas como expressão

² Para mais informações ver: MARTINS, L.; ROXO, S. O drama da família da primeira vítima do coronavírus no país. O GLOBO. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/o-drama-da-familia-da-primeira-vitima-do-coronavirus-no-pais-24575672>. Acesso em: 01 dez. 2025.

concreta da posição estrutural ocupada pelas trabalhadoras domésticas na sociedade brasileira. A exposição desigual ao risco sanitário evidencia que o trabalho doméstico continuou sendo tratado como essencial apenas enquanto conveniente à manutenção da vida das famílias empregadoras, tornando-se rapidamente descartável diante da ameaça à sua segurança.

Nesse sentido, a pandemia não produziu a precariedade do trabalho doméstico, mas tornou visível uma condição historicamente estruturada por desigualdades de gênero, raça e classe. Como argumentam Araújo, Monticelli e Acciari (2021), o trabalho doméstico e de cuidado constitui um campo central para a compreensão da reprodução social no capitalismo contemporâneo, ainda que permaneça sistematicamente invisibilizado e desvalorizado. A crise sanitária evidenciou, de forma dramática, essa centralidade paradoxal: essencial à reprodução da vida, mas socialmente tratado como trabalho menor.

Como assinala Bernardino-Costa (2015), na reconstrução da equação da constituição do valor, o trabalho doméstico configura-se como um dos pilares da produção capitalista, embora seja sistematicamente omitido das narrativas clássicas sobre a acumulação e a formação econômica. A pandemia, ao expor a vulnerabilidade extrema das trabalhadoras domésticas, revelou as assimetrias profundas que sustentam essas relações de trabalho e desmontou a narrativa da proximidade como mecanismo legítimo de mediação. Assim, o colapso do “quase da família” não representa uma ruptura ocasional, mas a explicitação de uma estrutura historicamente marcada pela subordinação racializada e generificada do trabalho doméstico no Brasil.

4 PERFIL DO TRABALHO DOMÉSTICO REMUNERADO NO BRASIL: UMA LEITURA DOS DADOS DA PNAD CONTÍNUA

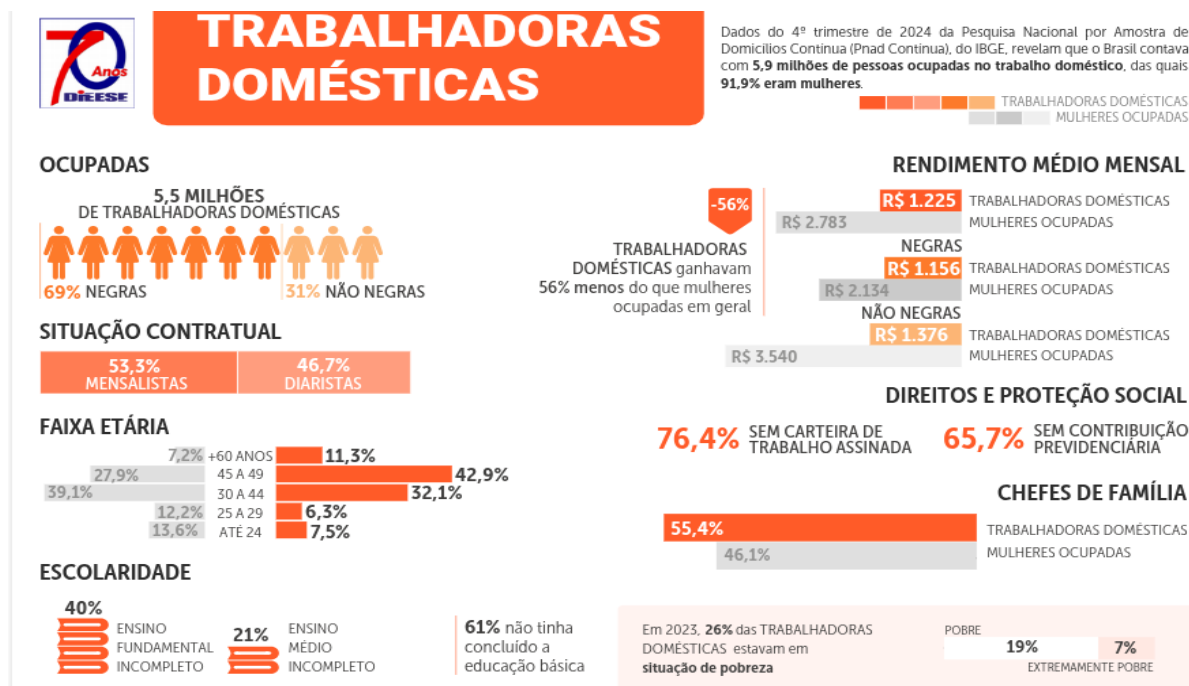
A promulgação da Emenda Constitucional nº 72/2013 (PEC das Domésticas) e a ratificação da Convenção nº 189 da OIT, em 2018, representaram avanços importantes no reconhecimento formal do trabalho doméstico como trabalho digno de direitos. No entanto, dados da PNAD Contínua indicam que, no quarto trimestre de 2024, cerca de 76,4% das trabalhadoras domésticas permaneciam sem carteira assinada e 65,7% não contribuíam para a previdência social, evidenciando os limites do reconhecimento jurídico quando dissociado de transformações efetivas nas relações sociais de trabalho. Como demonstram Monticelli e Fraga (2023), a formalização legal, por si só, não rompe com práticas historicamente estruturadas por informalidade, acordos personalizados e hierarquias morais que seguem regulando o cotidiano do trabalho doméstico.

Em cidades de médio e pequeno porte, como Alfenas (MG), essa distância entre o direito formal e a prática cotidiana tende a se intensificar. Conforme analisa Govêa (2023), a organização do trabalho doméstico nesses contextos é marcada por jornadas fragmentadas, múltiplas inserções ocupacionais e pela articulação entre espaços urbanos e rurais, nas quais as trabalhadoras combinam diferentes atividades produtivas e reprodutivas como estratégia de sobrevivência. Nesse cenário, as relações de trabalho estruturam-se predominantemente a partir de vínculos personalizados, formas difusas de controle moral e de uma expectativa permanente de disponibilidade, compreendida não como um acordo contratual explícito, mas como a exigência implícita de flexibilidade contínua de horários, tarefas e ritmos de trabalho.

Essa expectativa de disponibilidade atua como um mecanismo central de regulação informal do trabalho doméstico, dificultando a delimitação da jornada, a negociação de condições de trabalho e a reivindicação de direitos. Ao mesmo tempo, ela reforça a naturalização da informalidade e enfraquece a percepção do trabalho doméstico como relação laboral propriamente dita, sobretudo em contextos marcados pela fragilidade da organização coletiva e pelo limitado acesso à informação sobre direitos trabalhistas. Desse modo, longe de representar uma exceção ou um resíduo arcaico, essas dinâmicas revelam a persistência de formas estruturais de subordinação que atravessam o trabalho doméstico mesmo após os avanços legais recentes.

Os dados apresentados pelo DIEESE, com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua/IBGE) do quarto trimestre de 2024, permitem traçar um panorama abrangente do trabalho doméstico remunerado no Brasil e evidenciam a persistência de desigualdades estruturais que atravessam essa ocupação. No período analisado, o país contava com aproximadamente 5,9 milhões de pessoas ocupadas no trabalho doméstico, das quais 91,9% eram mulheres, o que confirma o caráter profundamente feminizado dessa atividade (Figura 1).

Figura 1: Dados estatísticos sobre o trabalho doméstico remunerado 4º trimestre de 2024



Fonte: DIEESE, 2025

Esse dado expressa a permanência histórica da divisão sexual do trabalho, que associa as atividades de cuidado, limpeza e manutenção da vida cotidiana ao feminino. A continuidade desse padrão, mesmo após avanços normativos no reconhecimento do trabalho doméstico, indica que as transformações legais não foram suficientes para alterar de forma substantiva as estruturas sociais que sustentam a feminização e a desvalorização dessa ocupação. Ainda na Figura 1, do total de trabalhadoras domésticas, cerca de 69% eram mulheres negras, proporção significativamente superior à de não negras (31%). Esse dado reforça a centralidade da dimensão racial na configuração do trabalho doméstico no Brasil, evidenciando a continuidade histórica de uma divisão racial do trabalho que associa o cuidado e os serviços domésticos às mulheres negras, em consonância com análises que apontam para a permanência de hierarquias herdadas do período escravocrata. No que se refere à situação contratual, observa-se uma distribuição relativamente equilibrada entre mensalistas (53,3%) e diaristas (46,7%), o que indica a ampliação das formas de contratação mais flexíveis. A expressiva presença de diaristas sinaliza transformações recentes no setor, marcadas pela redução de vínculos contínuos e pela intensificação da informalidade, aspecto que fragiliza ainda mais a proteção social dessas trabalhadoras.

A análise da faixa etária revela um perfil envelhecido da categoria do trabalho doméstico remunerado. A maior concentração de trabalhadoras encontra-se entre 45 e 59 anos (42,9%), seguida pelo grupo de 30 a 44 anos (32,1%). A baixa participação de mulheres jovens evidencia

que o trabalho doméstico se configura hoje como uma ocupação marcada por um forte recorte geracional. Ainda que não seja possível afirmar uma causa única para esse fenômeno, os dados permitem levantar hipóteses relevantes: o aumento da escolaridade entre as gerações mais jovens e a ampliação de oportunidades no setor de serviços tendem a deslocar essas mulheres para outras alternativas ocupacionais, ainda que igualmente precarizadas Fraga (2019). Nesse sentido, o trabalho doméstico permanece sobretudo como destino laboral de mulheres cujas trajetórias são atravessadas por exclusões anteriores, dificuldades de escolarização e acesso restrito a outros segmentos do mercado de trabalho.

Essa dinâmica se expressa de maneira contundente nos dados sobre escolaridade. Aproximadamente 40% das trabalhadoras domésticas não concluíram o ensino fundamental e 21% não concluíram o ensino médio, totalizando 61% sem a conclusão da educação básica. Tal cenário revela a relação direta entre baixa escolaridade e inserção em ocupações desvalorizadas e precarizadas, reforçando que as desigualdades observadas não decorrem de escolhas individuais, mas de processos estruturais que limitam as possibilidades de mobilidade social dessas mulheres. Nesse sentido, minha própria trajetória de retorno aos estudos aos trinta e oito anos não se apresenta como um caso isolado ou excepcional, mas como expressão concreta dos obstáculos materiais, temporais e simbólicos que historicamente adiam ou interrompem o acesso das trabalhadoras domésticas à escolarização formal, especialmente quando suas vidas são organizadas em torno do trabalho reprodutivo e da sobrevivência cotidiana.

A precariedade do setor manifesta-se ainda de forma contundente nos indicadores de direitos e proteção social, das quais cerca de 76,4% das trabalhadoras domésticas não possuíam carteira de trabalho assinada, e 65,7% não contribuem para a previdência social, como comentado anteriormente. O que as coloca em situação de extrema vulnerabilidade frente a adoecimentos, envelhecimento e perda de renda significativa em comparação a outras ocupações.

Esses dados explicitam os limites da legislação trabalhista em alcançar efetivamente essa categoria, sobretudo no caso das diaristas, cuja condição laboral permanece marcada pela informalidade. Outro aspecto relevante diz respeito à posição dessas mulheres no interior de seus domicílios. Mais da metade das trabalhadoras domésticas (55,4%) eram chefes de família, proporção superior à observada entre as mulheres ocupadas em geral. Esse dado indica que, apesar da baixa remuneração e da instabilidade, o trabalho doméstico remunerado constitui, para muitas mulheres, a principal fonte de sustento familiar.

Por fim, os dados sobre pobreza reforçam o quadro de vulnerabilidade social associado à ocupação. Em 2023, 26% das trabalhadoras domésticas encontravam-se em situação de

pobreza, sendo 7% em extrema pobreza, percentuais elevados e incompatíveis com a centralidade social do trabalho que desempenham. A articulação entre a análise dos dados do DIEESE, as contribuições de referencial teórico e os debates sobre o trabalho doméstico remunerado e de cuidados permitem compreender que se trata de uma atividade fundamental para a reprodução da vida social, mas historicamente estruturada por desigualdades persistentes de gênero, raça e classe. Após a análise dos dados estatísticos e do debate teórico que estruturam este capítulo, torna-se necessário deslocar o olhar para além dos livros, das tabelas e dos gráficos, incorporando a experiência concreta do trabalho doméstico remunerado vivida no cotidiano. Nesse movimento, a vassoura deixa de ser apenas um instrumento de limpeza e passa a operar como fio condutor analítico, capaz de revelar dimensões simbólicas profundas da desvalorização social do trabalho doméstico.

5 O RELATO DE UMA EMPREGADA UNIVERSITÁRIA: TENSÕES ENTRE O TRABALHO E O ESTUDO

A expressão popular “quem não é visto, não é lembrado” associa o reconhecimento social à visibilidade. No entanto, no contexto do trabalho doméstico, essa lógica se inverte. As trabalhadoras domésticas são vistas cotidianamente, circulam pelos cômodos das casas, organizam, limpam, cuidam e, ainda assim, permanecem socialmente invisibilizadas. A presença constante não se converte em reconhecimento; ao contrário, reforça a naturalização da função como extensão dos objetos que manuseiam. A trabalhadora doméstica tende, assim, a se confundir com a vassoura, o pano e os utensílios da casa, deixando de ser percebida como sujeito portador de valor social. Essa fusão entre corpo, tarefa e espaço doméstico não produz apenas despersonalização, mas institui um regime contínuo de disciplina e controle corporal que sustenta a exploração do trabalho doméstico e atualiza hierarquias coloniais. Para que o serviço seja considerado aceitável, impõe-se a supressão sistemática de marcas de individualidade: unhas pintadas, maquiagem, adornos e vestimentas que expressam estilo pessoal passam a ser lidas como excessos, desvios ou ameaças à ordem da casa. O corpo da trabalhadora deve apresentar-se neutro, apagado e dócil, reproduzindo expectativas históricas de submissão associadas a corpos femininos e racializados.

Nesse processo, o corpo deixa de ser reconhecido como sujeito e é reduzido à condição de força de trabalho incorporada, operando como extensão dos objetos de limpeza e do próprio espaço doméstico. Gestos, posturas, modos de falar e de se mover são minuciosamente

regulados, produzindo um corpo treinado para a obediência, para a eficiência silenciosa e para a invisibilidade.

Como sugere Kilomba (2019), trata-se de um corpo constantemente interpelado a “não estar demais”, a não ocupar espaço simbólico e a não produzir ruído, cuja presença só é tolerada quando se mantém funcional e contida. Essa disciplina não se limita ao interior da casa, mas projeta-se para além do espaço doméstico, regulando os lugares que esse corpo pode ocupar, as formas como pode circular e os modos como pode ser percebido no espaço social. O controle exercido no trabalho converte-se, assim, em controle da própria existência, reescrevendo fronteiras entre corpos plenamente reconhecidos como sujeitos e corpos cuja legitimidade permanece condicionada ao serviço.

Minha origem rural foi decisiva na constituição dessa disposição para o trabalho. Filha de trabalhadores do campo, cresci em uma fazenda na zona rural de Alfenas (MG), onde as tarefas eram incorporadas à rotina familiar desde a infância. Eu e minha irmã mais velha, ainda muito pequenas, assumimos diariamente o compromisso de apartar as vacas de seus bezerros ao final da tarde, para impedir que mamassem durante a noite e garantir a retirada do leite na manhã seguinte.

Eu tinha cerca de seis anos e era fisicamente muito miúda. Ir ao pasto naquele horário era uma experiência atravessada pelo medo: ao nos verem, as vacas vinham correndo em nossa direção, impondo um temor que, com o tempo, passou a ser silenciado pela repetição da rotina. Ainda assim, tratava-se de um compromisso inadiável, cumprido por volta das quatro da tarde, antes de irmos para a escola. Essa organização do tempo revela como o trabalho se sobrepunha à infância, estruturando precocemente corpos e subjetividades para a disciplina e a obediência.

Nesse mesmo espaço rural, eu e minha irmã também exercemos funções de cuidado, atuando como babás dos filhos do sobrinho da proprietária da fazenda. Ao final do período de trabalho, recebíamos como forma de “agradecimento” uma bolacha, enquanto apenas meu pai era remunerado financeiramente pelo trabalho realizado. Essas experiências contribuíram para a internalização precoce da ideia de que o trabalho, especialmente o trabalho de cuidado, fazia parte das obrigações naturais da vida familiar, sobretudo para meninas, e que a remuneração nem sempre acompanhava o esforço despendido. Permanecemos nessa fazenda por cerca de cinco anos, período marcado por uma rotina intensa e fisicamente exaustiva. O percurso até a escola, por si só, constituía uma experiência de risco: atravessávamos rios, caminhávamos longos trechos entre canaviais e lidávamos cotidianamente com o medo. O tempo da infância era rigidamente organizado em função do trabalho, restando pouco espaço para descanso ou lazer.

Posteriormente, meu pai passou a trabalhar em um hotel-fazenda, para onde nos mudamos, permanecendo ali por aproximadamente doze anos. Embora o espaço fosse distinto, a lógica que estruturava nossas vidas manteve-se semelhante: o trabalho era contínuo, diversificado e desprovido de qualquer vínculo trabalhista formal. Nesse período, fui a única entre os filhos a assumir sistematicamente essas atividades, concentrando sobre mim o peso da contribuição cotidiana. As tarefas realizadas transitavam entre atividades domésticas, serviços de apoio e cuidados diversos, mas não eram reconhecidas como trabalho, sendo nomeadas como “ajuda”, uma vez que morávamos no local. A moradia funcionava, assim, como justificativa moral para a exploração, anulando qualquer possibilidade de questionamento ou reivindicação.

Essa experiência de disciplinamento extremo revela, como aponta Grada Kilomba (2019), a permanência de uma lógica colonial que desumaniza e silencia determinados corpos, autorizando-os apenas a executar ordens. A violência racial tornou-se explícita no momento em que, ao trabalhar como auxiliar pela primeira vez na cozinha do hotel, presenciei a cozinheira ser agredida verbalmente após um erro no tempero, quando a empregadora afirmou que “*não se podia esperar outra coisa de alguém daquela cor*”. Foi nesse episódio que compreendi, de forma dolorosa, o significado concreto do racismo.

A memória desses acontecimentos evidencia que a vigilância, a prescrição do trabalho e a negação da subjetividade não são apenas dispositivos abstratos, mas práticas históricas e cotidianas que inscrevem a dominação no corpo, na memória e na vida das trabalhadoras domésticas negras. Somente aos quinze anos de idade passei a receber alguma remuneração, ainda que restrita a meio período de trabalho, evidenciando a naturalização da exploração do trabalho juvenil e feminino no meio rural.

Entre a infância marcada pelo trabalho precoce e o ingresso tardio no trabalho remunerado fora de casa, houve um longo período de interrupção imposto pelo casamento. Casei-me aos dezesseis anos e, a partir desse momento, fui afastada do trabalho externo. Sob uma organização familiar orientada por valores patriarcais, meu marido não permitiu que eu trabalhasse “para fora”, restringindo minha atuação ao espaço doméstico. Durante esse período, que se estendeu até os trinta e dois anos de idade, permaneci dedicada exclusivamente aos afazeres da casa, desempenhando trabalho intenso, contínuo e socialmente invisibilizado. A interdição do trabalho remunerado não significou ausência de trabalho, mas sua reinscrição em uma forma ainda mais desprotegida e desvalorizada, produzindo dependência financeira, silenciamento econômico e limitação das possibilidades de autonomia.

Foi apenas aos trinta e dois anos que retornei ao trabalho remunerado fora de casa, ao conhecer minha primeira empregadora em Alfenas, em uma reunião espírita que frequentava

há doze anos. À época, o contato foi percebido como uma conversa casual que, de forma quase espontânea, se transformou em possibilidade de emprego. À luz de leituras posteriores especialmente de Grada Kilomba (2019) esse episódio adquire novos significados analíticos, revelando como o acesso ao trabalho e à circulação social é mediado por relações de poder, pertencimento e autorização simbólica.

Ao revisitar essa memória, emerge com força a percepção de que a relação de trabalho já se anunciava atravessada por classificações simbólicas desde o primeiro contato. A frase “*Nossa, você é muito branquinha*”, proferida naquele encontro, revela-se como um marcador racial carregado de significados sociais, evidenciando como o corpo da trabalhadora é imediatamente classificado e situado em hierarquias raciais e morais. O trabalho doméstico revela-se, desse modo, não apenas como uma atividade econômica precarizada, mas como um dispositivo contemporâneo de atualização da colonialidade, no qual gênero, classe e raça operam conjuntamente para produzir silêncio, apagamento e subordinação, conforme analisa Bernardino-Costa (2015). A trajetória aqui apresentada evidencia que essas formas de exploração não são episódicas, mas estruturais, atravessando diferentes momentos da vida e se atualizando em distintos contextos sociais.

Há cerca de quatro anos, ao comparecer a um show realizado no Tênis Club espaço socialmente associado às camadas médias altas da cidade e cujo acesso é restrito a associados ou convidados, vivenciei de forma concreta os limites de circulação e pertencimento que atravessam as relações de classe. Não se trata de um ambiente que integre meus hábitos de sociabilidade cotidiana; minha presença naquele espaço ocorreu exclusivamente por meio do convite de uma cliente, que, sabendo da minha admiração pelo cantor Leonardo, convidou-me para acompanhá-la ao evento.

O convite, embora marcado por um gesto de generosidade, evidenciava a mediação da relação de trabalho como condição de acesso a determinados espaços sociais. Estar ali não significava pertencimento pleno, mas uma presença autorizada, temporária e condicionada, que reforçava a assimetria entre quem convida e quem é convidado, entre quem circula legitimamente e quem ocupa o espaço de forma excepcional.

Ao aceitar o convite, fui informada de que o traje exigido para a entrada no clube era “esporte fino”. Longe de corresponder a uma definição objetiva, esse código de vestimenta é socialmente situado e aprendido por familiaridade e circulação em determinados espaços. Trata-se menos da roupa em si e mais de um conjunto de disposições corporais e simbólicas que sinalizam pertencimento de classe. Embora estivesse adequadamente vestida segundo as

orientações recebidas, a experiência de circular naquele espaço revelou que a adequação formal da vestimenta não garante reconhecimento simbólico.

Os olhares dirigidos a mim, marcados por estranhamento e desaprovação silenciosa, produziram um choque que permanece vivo em minha memória. Havia uma leitura imediata do corpo que ultrapassa a roupa, gestos, postura e modos de ocupar o espaço denunciavam que eu não pertencia àquele circuito social. Tratava-se de um ambiente no qual todos parecem saber quem é quem, e no qual a presença de corpos “fora do lugar” é rapidamente identificada e regulada por meio do olhar.

Encontrei, nesse contexto, uma cliente para quem presto serviços como diarista há cerca de cinco anos. Seu espanto foi imediato e verbalizado no comentário: “*Nossa, você aqui?! Está trabalhando aqui também?!*”. A reação expressava um incômodo silencioso, como se minha presença naquele ambiente só pudesse ser justificada pela condição de trabalhadora, e não como frequentadora legítima do espaço. O episódio evidencia como o corpo da trabalhadora doméstica é socialmente marcado para pertencer prioritariamente ao lugar do serviço, tornando-se deslocado ou inadequado quando aparece em contextos associados ao lazer, ao consumo e à sociabilidade das classes médias e altas.

Em contraste, os espaços que compõem minha sociabilidade cotidiana são majoritariamente gratuitos ou de acesso popular, como quermesses, shows promovidos pela prefeitura e, ocasionalmente, pizzarias de bairro. Esses circuitos de lazer, social e economicamente situados, delimitam possibilidades concretas de circulação e pertencimento no espaço urbano. A ida ao Tênis Club, portanto, não representava apenas a participação em um evento específico, mas o atravessamento de uma fronteira simbólica de classe, na qual minha presença era percebida como excepcional e condicionada.

Essa mesma lógica de controle e delimitação dos lugares legítimos do corpo da trabalhadora manifesta-se de forma recorrente no interior do trabalho doméstico remunerado. O trabalho considerado adequado não é aquele construído a partir da experiência acumulada da trabalhadora, mas aquele rigidamente prescrito e constantemente orientado pelas empregadoras. Tais práticas restringem a autonomia, deslegitimam o saber prático e reafirmam hierarquias entre quem manda e quem executa, operando como mecanismos cotidianos de vigilância e disciplina.

À luz de Michel Foucault (1975), essas dinâmicas podem ser compreendidas como tecnologias de poder que produzem corpos dóceis e obedientes por meio da observação contínua, da inspeção frequente e da correção permanente dos gestos, dos tempos e dos modos de agir. Em minha experiência atual como diarista, essa lógica de controle assume outros

contornos, mas mantém a mesma estrutura de dominação. Todas as casas nas quais trabalho atualmente possuem câmeras de vigilância interna, inclusive na cozinha, muitas vezes direcionadas à geladeira. A presença constante desses dispositivos transforma o espaço doméstico em um ambiente de observação permanente, no qual cada gesto, deslocamento ou pausa é potencialmente vigiado. Tal vigilância reforça a assimetria de poder entre contratantes e trabalhadoras, restringindo ainda mais a possibilidade de autonomia no exercício do trabalho. O corpo da trabalhadora torna-se, assim, um corpo disciplinado, ajustado às normas e expectativas da casa alheia.

5.1. DISCIPLINANDO O CORPO, ARRUMANDO A CASA: TERRITORIALIDADE E TRABALHO DOMÉSTICO

Para este estudo, selecionei três bairros da cidade de Alfenas, Condomínio Floresta, Jardim Aeroporto e Residencial Oliveira nos quais atuo como diarista de forma informal há aproximadamente doze anos, muitas vezes prestando serviços para as mesmas famílias. A opção pela não formalização do vínculo empregatício, sem registro em carteira, relaciona-se à flexibilidade de horários necessária para conciliar o trabalho doméstico com a trajetória universitária. Tal condição evidencia que a informalidade, longe de representar uma escolha individual ou excepcional, constitui uma estratégia de sobrevivência diante de jornadas múltiplas e da necessidade de articulação entre trabalho remunerado, estudo e responsabilidades domésticas no meu caso.

Essa dinâmica dialoga diretamente com a análise de Arribas e Alina Govêa (2025), que demonstram como o trabalho doméstico é sustentado por jornadas fragmentadas, sobrepostas e extensivas, costuradas no interior de um tecido rural-urbano marcado pela precariedade estrutural e pela responsabilização individual das trabalhadoras. No meu caso, a informalidade viabiliza certa flexibilidade temporal, mas não elimina a intensificação do trabalho nem a instabilidade material, revelando o caráter ambíguo dessas estratégias cotidianas.

Ao observar minhas colegas de profissão, percebo que muitas enfrentam condições ainda mais rígidas, especialmente aquelas que conciliam o trabalho doméstico remunerado com a maternidade. Quando meus próprios filhos eram pequenos, minha rotina era marcada pela sobreposição exaustiva entre o trabalho remunerado, os compromissos escolares e as tarefas domésticas, configurando jornadas múltiplas que se expandiam e se reconfiguravam ao longo do tempo.

Trabalhei por oito anos consecutivos sem usufruir de férias em uma determinada residência e, ao retornar de um breve período de quinze dias de descanso, ouvi da contratante a pergunta: “*Descansou?*”. Respondi que “*mulher que trabalha fora não descansa; quando descansa, carrega pedra na mão*”, expressão que sintetiza a naturalização da exaustão feminina e a negação social do direito ao descanso no trabalho doméstico, mesmo quando este é formalmente reconhecido como trabalho.

O Condomínio Floresta configura-se como o mais novo bairro nobre da cidade. Seus moradores são, majoritariamente, médicos e grandes produtores de café. Trata-se de um espaço cuidadosamente planejado, dotado de salão de festas, quadras esportivas, amplas áreas verdes e uma paisagem que inclui animais silvestres, como corujas-de-orelha e galinhas-d’angola. Esse cenário, marcado por organização, segurança e exclusividade, contrasta de forma evidente com as trajetórias das trabalhadoras que ali circulam cotidianamente, revelando como o espaço urbano também materializa e reproduz desigualdades de classe.

As residências apresentam uma arquitetura imponente, verdadeiros espetáculos visuais. Apesar da presença frequente de cães, estes raramente circulam livremente, sendo sempre acompanhados, o que revela um controle rigoroso não apenas sobre pessoas, mas também sobre os animais e o próprio espaço. Nesse bairro, o distanciamento social é marcado: tudo é regulado, observado e delimitado, o que se reflete diretamente na relação com as trabalhadoras domésticas.

Minha entrada no Condomínio Floresta, bairro de alto padrão com acesso restrito, ocorreu por meio da indicação da mãe de uma moradora. À primeira vista, essa forma de acesso parecia vantajosa, pois dispensava o envio de currículos ou a disputa por vagas em grupos de WhatsApp, canais informais comuns nesse tipo de contratação. No entanto, foi justamente essa via “privilegiada” que marcou meu corpo com o rótulo de “estranha”.

Desde o primeiro dia, me chamou a atenção a organização excessiva do espaço. As ruas são limpas a ponto de parecerem cenográficas; os sons urbanos são abafados, e o silêncio domina. Não há cães soltos, nem crianças brincando. À hora do almoço, não se sentem aromas de comida nem o movimento típico de retorno às casas; pelo contrário, observa-se um fluxo de saída, como se a refeição ocorresse em outro lugar. A única presença constante nas ruas é a dos trabalhadores: jardineiros, diaristas e prestadores de serviço.

É nesse ponto que a reflexão de Roberto DaMatta (1997), se torna fundamental. O autor distingue a casa como espaço da intimidade e da pessoa, e a rua como espaço do anonimato e da vida pública. No Condomínio Floresta, essa fronteira é reconfigurada: a rua deixa de ser

pública e se torna uma extensão da casa privada, controlada, higienizada e vigiada. Apenas a presença funcional e silenciosa dos trabalhadores é tolerada.

Nesse ambiente, o controle não é apenas físico, mas também simbólico. O silêncio, os corredores excessivamente limpos, a ausência de música e os olhares desviados compõem um projeto de distinção social. Minha presença como diarista era aceita enquanto funcional, mas sempre marcada por uma condição ambígua: eu estava dentro, mas não pertencia. Havia uma forma sutil, porém constante, de afirmar que aquele não era o meu lugar.

Curiosamente, o estranhamento mais explícito não partiu das contratantes, mas das próprias trabalhadoras. Em um dos primeiros dias, enquanto aguardava a liberação para entrar em uma das torres, fui abordada por Isabel, diarista experiente. Ao saber que eu era estudante universitária, o tom da conversa mudou. Fui interpelada pela típica surpresa; *“Ah... então você faz faculdade?”* carregava uma distinção implícita. Eu não era apenas “uma das meninas”, e isso produzia fissuras no reconhecimento imediato. Esse tipo de reação se repetiu. Meu corpo no campo era lido ora como igual, ora como intruso. Estar ali como diarista e, ao mesmo tempo, portar um olhar analítico, colocava-me em uma zona de fronteira que exigia atenção aos silêncios, aos afetos e aos códigos que organizam o cotidiano das diaristas daquele local.

Em outro momento, Dani, empregada doméstica mensalista, perguntou diretamente *“Você é estranha aqui. Nós que trabalhamos aqui somos todas conhecidas ou da família do porteiro. Você está aqui por quem?”* A pergunta não expressava apenas desconfiança, mas afirmava uma lógica de pertencimento. No Condomínio Floresta, o acesso ao trabalho é mediado por redes subterrâneas de confiança: vínculos com o porteiro, laços familiares ou indicações entre trabalhadoras. Estar fora dessas redes implica carregar o estigma da suspeita.

Esse episódio evidenciou que o campo etnográfico não é apenas o espaço da observação, mas também de envolvimento direto. As relações entre as próprias trabalhadoras são atravessadas por hierarquias, disputas simbólicas e mecanismos de controle que não partem exclusivamente das contratantes. Trata-se de uma moralidade prática, nos termos de DaMatta (1997), que organiza pertencimentos e legitimidades no cotidiano.

O Jardim Aeroporto, por sua vez, é um bairro nobre mais antigo. Suas casas são antigas e os moradores se conhecem há décadas; contudo, esse conhecimento não se traduz em vínculos de proximidade ou sociabilidade, mas próximo. Não se observam vizinhas conversando nos portões ou interações cotidianas visíveis. Nesse contexto, a maioria das trabalhadoras domésticas é composta por diaristas veteranas, muitas vezes inseridas nesse circuito por meio de heranças familiares, passando o trabalho de mãe para filha.

Trata-se de um território marcado por forte controle informal, inclusive entre as próprias domésticas, o que dificulta significativamente a inserção de novas trabalhadoras e a obtenção de diárias fixas. No bairro Jardim Aeroporto, as relações de trabalho se mostraram mais diretas e, em certa medida, mais amistosas, embora igualmente marcadas por intensas sobrecargas físicas e emocionais. Nesse contexto, destaca-se a experiência da chamada “casa hospitalar”, que não se trata de uma instituição formal de saúde, mas de uma residência antiga adaptada para funcionar como espaço de internação domiciliar. A casa possui dois andares: o pavimento superior foi reorganizado para operar como um ambiente hospitalar, enquanto o térreo mantém a configuração de uma casa comum. No entanto, mesmo essa divisão espacial não elimina a fusão entre trabalho doméstico e cuidado clínico.

Nesta casa, a limpeza ultrapassa as tarefas tradicionais e se confunde diretamente com práticas de cuidado, controle e manutenção do bem-estar do paciente. Não se cozinha no local, pois o cheiro da comida pode provocar agitação, o que impõe à rotina uma série de restrições e silenciamentos. Meu corpo deixa de ser apenas funcional e passa a integrar uma lógica de vigilância permanente, contenção emocional e disciplina dos gestos. Espera-se da trabalhadora delicadeza, empatia e disponibilidade afetiva constantes, ainda que tais exigências não sejam reconhecidas como parte do trabalho nem convertidas em direitos ou remuneração adicional. O cuidado, nesse contexto, aparece como obrigação moral e emocional. Esse cenário evidencia o que Silvia Federici (2012), denomina trabalho reprodutivo: essencial à manutenção da vida, mas desvalorizado e naturalizado como “ajuda” ou “amor”. O corpo da diarista é mobilizado como força física e suporte emocional, sem proteção social ou reconhecimento político.

Já o Residencial Oliveira é um bairro mais recente e predominantemente de classe média. Apesar disso, o bairro apresenta uma dinâmica social distinta: crianças brincam nas ruas, vizinhas conversam nos portões e há uma sociabilidade mais visível e cotidiana. As relações de trabalho doméstico tendem a ser mais flexíveis nesse espaço; contudo, essa flexibilidade não se converte em melhores condições econômicas. As diárias são, em geral, mais baixas, revelando que a informalidade e a proximidade social não eliminam a desvalorização do trabalho, apenas a organizam sob outras formas.

No Residencial Oliveira, as relações são mais horizontais, mas não menos exaustivas. Foi ali que Eliane, diarista de 48 anos, mulher negra, sintetizou sua condição ao afirmar: “*A gente vive com a corrente nos pés*”. A frase traduz a liberdade aparente da diarista, marcada por mobilidade entre casas, mas atravessada por limites estruturais que aprisionam. Essa percepção dialoga com Angela Davis (2016), para quem os legados da escravidão seguem operando nas formas contemporâneas de controle do trabalho de mulheres negras e pobres. A informalidade,

a ausência de direitos e a vigilância cotidiana configuram uma prisão simbólica, onde a liberdade é sempre negociada.

As diferenças entre esses bairros evidenciam que o valor das diárias, as formas de vigilância e o grau de controle sobre o trabalho doméstico não são homogêneos, mas atravessados por marcadores de classe, espaço urbano e moralidades específicas. Ainda assim, em todos eles, persiste uma estrutura comum de hierarquização que posiciona a trabalhadora doméstica em um lugar de subordinação, seja por meio da vigilância tecnológica, do controle simbólico.

A leitura de Kilomba (2019), opera nesse sentido, como um relâmpago interpretativo, iluminando retrospectivamente experiências que, até então, não eram nomeadas como violência simbólica ou expressão de preconceito. A constatação de que a cor da minha pele foi destacada como atributo relevante já no primeiro contato evidencia como o trabalho doméstico é atravessado por processos de racialização sutis, mesmo quando exercido por mulheres brancas. Se a branquitude pode operar como um privilégio relativo nesse campo, ela também revela o quanto a raça permanece como categoria central de classificação, expectativa e controle no interior das relações domésticas de trabalho, garantindo à mim, muitas vezes, “vantagens” em alguns contextos, e em outros como se “meu lugar” não fosse ali, mas já que estava, eu seria até mesmo de “mais confiança” que outras.

Esse episódio, longe de ser isolado, expressa a forma como o trabalho doméstico se estrutura a partir da objetificação do corpo da trabalhadora, da despersonalização de sua subjetividade e da inscrição imediata de marcadores sociais que definem o lugar que ela ocupará dentro da casa. A trabalhadora não entra apenas para limpar; ela é lida, avaliada e posicionada antes mesmo de iniciar o trabalho, que representam distintos recortes socioeconômicos e formas variadas de organização urbana, acesso e sociabilidade. A escolha desses territórios não foi aleatória: cada um expressa, à sua maneira, diferentes modos de vivenciar, organizar e controlar o trabalho doméstico, especialmente o trabalho das diaristas.

Ao longo do “trabalho de campo”, construí vínculos que extrapolam a observação sistemática. As trocas entre diaristas, conselhos, alertas, indicações configuram uma rede subterrânea de saberes práticos e de resistência, fundamental para a sobrevivência cotidiana diante da precarização intensificada no pós-pandemia. A sistematização dessas experiências foi impulsionada no último período do curso, a partir de uma proposta da disciplina voltada à métodos da etnografia, na qual o professor da época solicitou a realização de um exercício etnográfico vinculado ao tema do Trabalho de Conclusão de Curso. À época, a tarefa provocou apreensão, sobretudo porque a pesquisa ainda não contava com orientação formal definida.

As condições concretas do trabalho doméstico, contudo, impuseram limites específicos à realização de entrevistas formais e encontros prolongados em campo. As diaristas, em sua maioria, não dispuseram de tempo disponível para entrevistas agendadas: as conversas ocorrem de forma fragmentada, nos deslocamentos, nos encontros rápidos de entrada e saída das casas, em mensagens breves trocadas pelo celular ou em intervalos curtos entre uma diária e outra. Longe de representar uma lacuna metodológica, essa temporalidade acelerada constitui um dado central da pesquisa, revelando a intensificação do trabalho, a ausência de pausas e a sobreposição de jornadas que estruturam a experiência cotidiana dessas trabalhadoras e as minhas.

Nesse sentido, o campo não se organizou a partir de entrevistas longas e roteirizadas, mas por meio de um relato etnográfico de minha observação, da escuta atenta e da memória compartilhada, reconhecendo que a própria impossibilidade de parar e falar longamente é expressão da precarização analisada. Assim, este relato etnográfico não apenas descreve o trabalho doméstico, mas revela como ele é vivido, sentido e negociado no cotidiano. Entre vassouras, silêncios e correntes invisíveis, emergiu este trabalho que desestabilizou a invisibilidade funcional e afirmou o meu corpo, minha experiência como diarista, como sujeito social, político e histórico.

5.2. O CONDOMÍNIO ACADÊMICO: A TRAJETÓRIA DE UMA DIARISTA NO CAMPUS UNIVERSITÁRIO

Minha trajetória acadêmica não se construiu a partir de uma relação confortável com a universidade. Ao contrário, foi marcada pelo cansaço, insegurança e pela sensação persistente de não pertencimento. Conciliar jornadas extensas de trabalho doméstico com as exigências acadêmicas significou estudar com o corpo exausto, com dores físicas, com a mente ocupada por preocupações materiais que raramente encontram espaço de reconhecimento no ambiente universitário. O acesso à universidade não eliminou a desigualdade; apenas a deslocou para outras formas, mais sutis e igualmente violentas.

Em uma aula de Sociologia, durante a discussão do filme *Que horas ela volta?*, fui convidada a relatar minha experiência como trabalhadora doméstica. Apenas nesses momentos é que evocavam minha experiência de vida para ter “lugar de fala”, como se o meu corpo cansado não pudesse ter outro momento senão aquele, inclusive com muitas reticências.

Ao final da minha fala, ouvi do professor a seguinte frase: “*Não sei se as Ciências Sociais estão fazendo bem pra você.*” Naquele momento, não soube como responder. A frase

me atravessou como uma advertência silenciosa: talvez aquele espaço não fosse feito para corpos como o meu, criticando coisas que não eram para ser pontuadas. Só mais tarde compreendi que não se tratava de uma preocupação individual, mas da dificuldade institucional em lidar com uma estudante que rompe a fronteira tácita entre quem pesquisa e quem é pesquisada.

O que estava em jogo não era meu desempenho acadêmico, mas o incômodo causado por uma experiência que desestabilizava o lugar social esperado de uma estudante universitária. Meu corpo, acostumado a segurar vassouras, baldes e produtos de limpeza, tornava-se excessivamente visível quando ocupava a sala de aula. A presença desse corpo tencionava a universidade porque revelava que o conhecimento ali produzido frequentemente se sustenta sobre a exploração de trabalhos como o meu, ao mesmo tempo em que os mantém à margem do reconhecimento intelectual.

Durante grande parte do curso, senti que as Ciências Sociais falavam sobre mim, mas raramente falavam comigo. Os autores, majoritariamente homens, brancos ocidentais e distantes das experiências do trabalho doméstico, ofereciam análises sofisticadas sobre desigualdade, mas pouco dialogavam com o cansaço concreto de quem vive essa desigualdade cotidianamente. A ausência de autoras mulheres, negras e trabalhadoras reforçava a sensação de que minha experiência era excessiva, inadequada ou emocional demais para ser considerada conhecimento legítimo. Eu deveria escrever apenas como “classe trabalhadora”, ser mulher, doméstica, da zona rural, mãe, já era excesso.

Foi apenas no último período da graduação, ao iniciar este Trabalho de Conclusão de Curso, que essa sensação começou a se deslocar. A proposta de realizar uma etnografia do próprio objeto de pesquisa ainda sem orientação formal naquele momento me causou pânico. Não por falta de experiência de campo, mas pelo medo de transformar em escrita aquilo que sempre foi vivido em silêncio. O campo não exigia deslocamento geográfico: ele já habitava meu corpo, minha rotina e minhas relações de trabalho. A dificuldade não estava em acessar as diaristas, mas em reconhecer que eu mesma fazia parte desse universo.

Não realizei entrevistas formais, gravadas ou longas, não por escolha metodológica ideal, mas por limites concretos do campo. As diaristas não têm tempo. As conversas acontecem nos intervalos, na pressa da entrada e da saída das casas, em mensagens curtas de WhatsApp, em alertas trocados rapidamente entre uma diária e outra. Ainda assim, essas trocas compõem uma rede densa de saberes, conselhos e estratégias de sobrevivência que dificilmente seriam captadas por métodos clássicos de pesquisa.

Foi nesse processo que compreendi que minha experiência não era um obstáculo à pesquisa, mas sua condição de possibilidade. A formação acadêmica passou, então, a operar como ferramenta de tradução: transformar cansaço em categoria analítica, medo em problema sociológico, dor em crítica estrutural. Ao escrever este trabalho, deixei de tentar adequar meu corpo à universidade e passei a exigir que a universidade fosse tensionada por ele.

Esse subitem, portanto, não é apenas um exercício reflexivo, mas um gesto político. Ao assumir meu lugar de fala como trabalhadora doméstica e acadêmica, afirmo que a produção de conhecimento não é neutra, nem descolada da vida. Ela é atravessada por corpos, desigualdades e silêncios e, quando esses silêncios são quebrados, a universidade é obrigada a se olhar no espelho.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa partiu do trabalho doméstico remunerado como experiência vivida e como problema sociológico. Ao longo da análise, buscou-se demonstrar que essa ocupação, historicamente marcada pela informalidade, pela desproteção social e pela naturalização da desigualdade, sustentam-se não apenas por relações econômicas, mas também por dispositivos simbólicos que produzem invisibilidade, despersonalização e subordinação social. A pandemia de Covid-19 atuou como um marco analítico revelador dessas dinâmicas, tornando mais visíveis relações que, em outros contextos, costumam ser recobertas pela retórica do afeto, da confiança e do “quase da família”.

Para além dos dados estatísticos, a experiência cotidiana do trabalho doméstico evidenciou uma contradição estrutural: enquanto o lar é concebido como espaço de proteção e cuidado para as famílias contratantes, ele se configura, para as trabalhadoras, como território de exposição, vulnerabilidade e risco. A necessidade de seguir trabalhando em meio à crise sanitária revelou a assimetria moral que organiza essas relações, na qual a preservação da vida da trabalhadora aparece subordinada à manutenção do conforto e da rotina das casas.

Nesse sentido, as contribuições e referencial teórico foram fundamentais para a compreensão do problema. Os autores demonstram como proximidade e desigualdade coexistem nas relações entre empregadoras e trabalhadoras domésticas, produzindo vínculos atravessados por uma retórica de confiança que não elimina, mas reforça as hierarquias sociais. A convivência cotidiana, longe de promover igualdade, opera como mecanismo de controle simbólico e moral, regulando comportamentos, corpos e expectativas, e reafirmando posições desiguais no interior do espaço doméstico.

A divisão sexual do trabalho e a organização social do cuidado seguem operando como pilares centrais da subordinação feminina no capitalismo. A partir da perspectiva da reprodução social, o trabalho doméstico mesmo quando remunerado permanece associado a uma obrigação moral das mulheres, sendo sistematicamente desvalorizado, invisibilizado e naturalizado como extensão de uma suposta vocação feminina.

Ao articular essas análises com as reflexões de Lélia Gonzalez, torna-se possível compreender como tais relações são atravessadas por heranças coloniais e raciais. O trabalho doméstico permanece profundamente feminizado, sustentado por hierarquias que naturalizam a subalternização de determinados corpos. A fragmentação das redes de solidariedade entre as próprias trabalhadoras, observada no controle das indicações e nas disputas internas, expressa a internalização dessas hierarquias, produzindo competição em um campo já marcado pela

precariedade estrutural. Nesse sentido, o trabalho doméstico não apenas participa da reprodução cotidiana da vida social, mas também atua na fixação simbólica da trabalhadora a um lugar social específico, marcado pela subalternidade. Ao sustentar diariamente a vida e a força de trabalho de outros, esse trabalho permanece excluído das formas legítimas de valorização social. Tal exclusão compromete a possibilidade de reconhecimento social futuro, uma vez que o corpo e a identidade da trabalhadora passam a ser associados quase exclusivamente ao trabalho doméstico, mesmo diante de processos de escolarização e qualificação. Ao se aposentar, a empregada doméstica raramente é reconhecida como trabalhadora aposentada; retorna simbolicamente à condição de “dona de casa”, como se sua trajetória laboral jamais tivesse existido, reafirmando a negação histórica de seu trabalho como trabalho.

A decisão de ingressar no ensino superior, em meio à pandemia, ampliou ainda mais a compreensão dessas desigualdades. A universidade, embora se apresente como espaço de produção de conhecimento e mobilidade social, também opera por meio de mecanismos de exclusão simbólica, que constantemente questionam quem pertence àquele mundo. A conciliação entre jornadas exaustivas de trabalho doméstico e as exigências acadêmicas evidenciou que a desigualdade não se manifesta apenas no acesso, mas na permanência, no cansaço corporal e na sobrecarga mental.

A formação acadêmica possibilitou transformar essa vivência em análise crítica, oferecendo instrumentos para compreender que o corpo que segura a vassoura é um corpo humano que precisa ser despersonalizado para que a exploração se mantenha socialmente aceitável e politicamente invisível. A formação acadêmica possibilitou transformar essa vivência em análise crítica, oferecendo instrumentos para compreender que o corpo que segura a vassoura é um corpo humano que precisa ser despersonalizado para que a exploração do trabalho doméstico se mantenha socialmente aceitável e politicamente invisível. Essa despersonalização não se restringe ao momento da execução das tarefas, mas produz efeitos duradouros sobre a forma como a trabalhadora é percebida socialmente.

A dificuldade de inserção em outras ocupações revela, portanto, que a desigualdade não opera apenas no plano econômico, mas também no plano simbólico e corporal. O trabalho doméstico produz marcas que ultrapassam a esfera do emprego em si, fixando a trabalhadora a uma identidade profissional desvalorizada, cuja mobilidade social é constantemente limitada pelas hierarquias de classe, gênero e raça.

Por fim, este trabalho não se limitou à descrição da precariedade que historicamente marca o trabalho doméstico remunerado, mas buscou evidenciar seus efeitos profundos e duradouros sobre os corpos, as trajetórias e as expectativas. Ao articular dados empíricos,

contribuições da teoria social ancorada na experiência vivida, procurou-se demonstrar que o trabalho doméstico permanece central para a reprodução da vida social, sustentando cotidianamente o funcionamento das famílias e do próprio mercado de trabalho, ainda que continue sendo sistematicamente desvalorizado, invisibilizado e socialmente marginalizado.

Essa marginalização não se expressa apenas nas condições materiais de trabalho, como baixos salários, informalidade e ausência de proteção social, mas também na produção de subjetividades marcadas pela despersonalização e pela negação do reconhecimento. O trabalho doméstico exige a presença constante do corpo, o desgaste físico intenso e a adaptação permanente às normas e expectativas alheias, ao mesmo tempo em que apaga a identidade da trabalhadora enquanto sujeito de direitos. Nesse sentido, a ocupação não apenas reproduz a vida dos outros, mas consome silenciosamente as possibilidades de projeção social, mobilidade e reconhecimento de quem a exerce.

Nesse contexto, tornar visíveis essas experiências ultrapassa o campo da descrição acadêmica e assume um caráter político. Dar centralidade às narrativas das trabalhadoras domésticas assim como eu significa romper com a naturalização da desigualdade e questionar a ideia de que esse trabalho é uma extensão “natural” das obrigações femininas. Significa, ainda, disputar os sentidos socialmente atribuídos a essa ocupação, reivindicando que ela seja reconhecida não como favor, ajuda ou vocação, mas como trabalho, com direitos, dignidade e valor social.

Assim, ao reivindicar o reconhecimento das trabalhadoras domésticas não como extensões de objetos, funções ou utensílios da casa, mas como sujeitos plenos de direitos, histórias e saberes, este trabalho afirma a necessidade de deslocar o olhar sobre o doméstico. Trata-se de reconhecer que, por trás da vassoura, do pano e da rotina invisível, existem trajetórias atravessadas por resistência, conhecimento prático, afetos interrompidos e projetos de vida constantemente adiados. Dar visibilidade a essas trajetórias é condição fundamental para a construção de relações de trabalho mais justas e para a formulação de políticas públicas que reconheçam, de fato, quem cuida da vida cotidiana no Brasil. Conclui-se, por fim, que dar nome, voz e sentido às experiências das trabalhadoras domésticas é um passo necessário para romper com a invisibilidade que sustenta a desigualdade e para afirmar esse trabalho como parte essencial da vida social brasileira

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, A. B.; MONTICELLI, T.; ACCIARI, L. Trabalho doméstico e de cuidado: um campo de debate. [s. l.]: **Tempo Social**, v. 33, p. 145-167, 2021.

ARRIBAS, C.; GOVÊA, A. P. COSIENDO LA PRODUCCIÓN DEL VIVIR: JORNADAS MÚLTIPLES DE TRABAJADORAS DOMÉSTICAS EN UN TEJIDO RURAL-URBANO. [s.l.]: **Revista Espirales**, 2025.

AKOTIRENE, C. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

BERNARDINO-COSTA, J. Migração, trabalho doméstico e afeto. [s. l.]: **Cadernos Pagu**, p. 447-459, 2012.

BRITES, J. Afeto e desigualdade: gênero, geração e classe entre empregadas domésticas e seus empregadores. [s. l.]: **Cadernos Pagu**, p. 91-109, 2007.

BRITES, J. Serviço Doméstico: elementos políticos de um campo desprovido de ilusões. [s. l.]: **Campos**, v. 3, p. 65-82, 2003.

COLLINS, P. H. O que é um nome? Mulherismo, feminismo negro e além disso. [s. l.]: **Cadernos Pagu**, n. 51, 2017.

DAMATTA, R. **A casa & a rua**. Rio de Janeiro: Rocco, p. 1971-1973, 1997.

DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. O trabalho doméstico 10 anos após a PEC das Domésticas. Estudos e Pesquisas, n. 106. São Paulo: **DIEESE**, 2023.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. Quem cuida das cuidadoras: trabalho doméstico remunerado em tempos de coronavírus. Estudos e Pesquisas, n. 96. São Paulo: **DIEESE**, 2020.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. Trabalhadoras Domésticas. São Paulo: **DIEESE**, 2025. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/infografico/2025/trabalhadorasDomesticas.html>. Acesso em: 18 dez. 2025

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1984.

FEDERICI, S. **O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. Tradução de Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017.

FRAGA, A. B. **De empregada a diarista: as novas configurações do trabalho doméstico remunerado**. 2010. 173 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade do Rio de Janeiro, RJ, 2010.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 1975

GONZALEZ, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Ciências sociais hoje**, Brasília: Anpocs, n. 2, pp. 223-44, 1983.

GOVÊA, A. **Entre vassouras, a poeira e o crochê: trabalho doméstico em Ouro Fino e Inconfidentes, MG**. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Juiz de Fora, 2025.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. [s. l.]: **Cadernos de pesquisa**, v. 37, p. 595-609, 2007.

HIRATA, H. Subjetividade e sexualidade no trabalho de cuidado. [s. l.]: **Cadernos Pagu**, p. 151-163, 2016.

IBGE- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades e Estados: Alfenas**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/mg/alfenas.html>. Acesso em: 03 de fev. 2026

KILOMBA, G. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KERGOAT, D. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. [s. l.]: **Novos estudos CEBRAP**, p. 93-103, 2010.

MONTICELLI, T. A. **Diaristas, afeto e escolhas: ressignificações no trabalho doméstico remunerado**. 2013, 169 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal do Paraná, PR, 2013.

MONTICELLI, T.; FRAGA, A. B. A Convenção n. 189 da OIT: notas sobre o processo de ratificação no Brasil. [s. l.]: **Estudos Avançados**, v. 37, n. 108, p. 73-88, 2023.